

\* continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

	2023	2022
<b>10. Obrigações Sociais:</b>		
INSS a recolher	91.502	76.627
FGTS a recolher	130.396	120.183
IRRF s/ folha a recolher	150.485	142.449
Contr. sindical	2.672	940
<b>Total</b>	<b>375.055</b>	<b>340.199</b>

**11. Outras Contas a Pagar:**

	2023	2022
Empréstimos de material	611	611
Seguros a pagar	3.373	3.479
Outras	-	41.695
Verba piso salarial da enfermagem (i)	113.523	-
<b>Total</b>	<b>117.507</b>	<b>45.785</b>

(i) No ano de 2023, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4/08/2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais.

**12. Partes Relacionadas:**

	2023	2022
Passivo		
Sede Administrativa	114.071	132.243
<b>Total</b>	<b>114.071</b>	<b>132.243</b>

O saldo a pagar em 2023 no passivo circulante de R\$ 114.071 (R\$ 132.243 em 2022), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão. **13. Provisão para Contingências e Depósito Judicial:** A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2023	2022
<b>Possível</b>		
Cível	880.000	105.000
Trabalhista	121.800	528.770
<b>Total</b>	<b>1.001.800</b>	<b>633.770</b>
<b>Provável</b>		
Cível	190.800	-
Trabalhista	-	-
<b>Total</b>	<b>190.800</b>	<b>-</b>

Ao final do exercício de 2023, a Entidade possuía R\$ 14.581 (Circulante) e R\$ 61.077 (Não Circulante) em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento. **14. Receitas Diferidas:** O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2023, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

	2023	2022
Imobilizado - contrato de gestão	5.530.300	3.112.321
Intangível - contrato de gestão	-	-
<b>Total investido em ativo</b>	<b>5.530.300</b>	<b>3.112.321</b>
Depreciação/amortização acumulada	(1.487.781)	(1.120.331)
<b>Total imobilizado/intangível líquido</b>	<b>4.042.519</b>	<b>1.991.990</b>
Saldo para investimento	1.160.082	3.458.880
Recursos a receber de investimentos	-	-
<b>Total</b>	<b>5.202.601</b>	<b>5.450.870</b>

**15. Despesas Gerais e Administrativas:**

	2023	2022
Serviços de gestão	(1.786.825)	(2.029.959)
Energia elétrica	(1.121.501)	(891.732)
Aluguel de máquinas	(534.758)	(407.955)
Viagens e hospedagem	(26.359)	(19.385)
Outros	(650.294)	(454.947)
<b>Total</b>	<b>(4.119.737)</b>	<b>(3.803.978)</b>

**Giovani Luís Padão Merenda** - Diretor Executivo - CPF: 539.924.660-00

**16. Renúncia Fiscal:** A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade de prestação de serviços de saúde é considerada como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2023	2022
Cota patronal/Terceiros e RAT/SAT	3.053.806	3.179.807
<b>INSS</b>	<b>3.053.806</b>	<b>3.179.807</b>
COFINS	1.547.700	1.384.761
<b>COFINS</b>	<b>1.547.700</b>	<b>1.384.761</b>
<b>Total</b>	<b>4.601.506</b>	<b>4.564.567</b>

**17. Cobertura de Seguros:** Em 2023, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. **18. Instrumentos Financeiros:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2023	2022
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.829.606	5.138.530
Contas a receber	515.966	50.000
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>3.345.572</b>	<b>5.188.530</b>
Fornecedores	5.379.597	3.478.497
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>5.379.597</b>	<b>3.478.497</b>

**19. Gestão de Riscos:** A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **i. Riscos de Liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **20. Eventos Subsequentes:** Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão Contrato 002/218 - SESP/PA estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingências nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, após seu encerramento em 10/11/2024. Belém - PA, 11/03/2024.

**Viviane da Costa Conceição** - Contadora - CRC PA - 013815/O

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Jean Bitar - Belém - PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Hospital Jean Bitar, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Hospital Jean Bitar, em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **• Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação à probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências

incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. ii) Chamamos a atenção sobre o descrito na nota explicativa 1(c), em que a Administração apresenta os fatores de elevação de custos da operação de gestão da Unidade que contribuíram substancialmente para o déficit de R\$ 1.594.111 apurado no exercício e considera como determinantes para o reequilíbrio dos fluxos de caixa futuro, o sucesso na renovação e atualização dos valores de contrato junto à SESP/PA. Em 31 de dezembro de 2023, o Hospital possuía excessos de passivos sobre seus ativos circulantes, apresentando capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 3.950.423 e seu patrimônio líquido estava negativo na ordem de R\$ 3.442.976. Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Hospital, caso os planos da Administração não sejam concretizados. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com o princípio de continuidade das operações, considerando os melhores esforços da Administração na renegociação do contrato e recomposição de caixa, não sendo apurado ou reconhecida eventuais provisões para descontinuidade das operações. iii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo sua sede Administrativa, em operações de pagamento de reembolso de despesas compartilhadas.

continua \*